

PRESTADORES DE SERVIÇOS JURÍDICOS ATENTOS À CONJUNTURA EXTERNA



■ As projeções positivas sobre a evolução da economia nacional sustentam que o comportamento a esperar este ano do mercado português da prestação de serviços jurídicos às empresas deverá seguir a mesma linha de 2019. Para alguns players do setor, 2020 deverá ser de continuidade ao nível do trabalho prestado aos clientes. No entanto, com uma economia particularmente exposta ao exterior, também surgem os alertas, tendo em conta a indefinição que se afigura em torno da conjuntura externa.

Do Brexit à situação na República Popular da China – a braços desde o início do ano com um grave problema de saúde pública, que tem vindo a estender-se a todo o mundo, causado por um novo coronavírus –, passando

pelas indefinições em torno da evolução da economia europeia, são vários os receios que não são descartáveis.

Em condições normais, o mercado nacional da prestação de serviços jurídicos não deverá apresentar alterações muito significativas ao longo deste ano, consideram os players da advocacia que dá apoio às empresas. Neste âmbito, o imobiliário, o turismo, a energia ou o setor financeiro estão entre as áreas que poderão destacar-se em 2020, à semelhança do sucedido no ano transato.

De acordo com as últimas previsões económicas, Portugal deverá continuar a crescer em 2020, mas um ritmo mais lento do que em 2019, embora ao nível das contas públicas

esteja previsto o primeiro superavit dos últimos longos anos. Contudo, se na equação fatores conjunturais como a instabilidade política no Reino Unido, a ‘guerra’ comercial entre os Estados Unidos e o resto do mundo, a aparente recessão que ameaça a Alemanha, ou em Portugal, a nova ‘geometria’ de governação que saiu das últimas eleições, torna-se evidente que, dizem alguns dos atores do mercado, 2020 será um ano de maiores desafios por comparação a 2019.

Na realidade, o grau de incerteza inerente à atual conjuntura internacional é elevado, referem fontes do setor, sustentando sempre que existe a “expectativa de continuidade” face ao ano transato, com a economia nacional a manter um desempenho positivo e a ...



CATOLICA
FACULDADE DE DIREITO

ESCOLA DE LISBOA



CATOLICA
Global
School of
Law

A statement
of excellence

has no
borders

**Excellence
Like Global
Law**

International
Business
Law

LL.M.

Programa avançado, com uma abordagem inovadora ao Direito transnacional, Anglo-Americano e Europeu, com um corpo docente de académicos e profissionais de topo a nível global. Especializado para quem procura uma carreira no Direito Internacional de negócios.

Parceiros:

Abreu:
advogados

CUATRECASAS

**M
L**

MORAIS LEITÃO
SALVO TELER, SOARES DA SILVA
& ASSOCIADOS

**FUNDAÇÃO
MILLENNIUM
BCP**



**Innovating
Legal education**

www.catolicallaw.fd.lisboa.ucp.pt
catolica.law@ucp.pt

continuar a atrair o interesse de investidores estrangeiros por ativos portugueses.

Há mesmo quem afirme que, não obstante a difícil conjuntura internacional, “2020 afigura-se muito auspicioso”. Tanto mais que, sublinham alguns players, em Portugal não vislumbra nenhuma razão ponderosa para uma quebra da atividade em relação a 2019. A relativa estabilidade política, uma economia a crescer, ainda que de forma tímida, e o Banco Central Europeu a manter a política do ‘quantitative easing’, tudo isto são fatores que permitem que o nosso país continue a ser bastante apreciado ao nível internacional.

Neste sentido, as expetativas vão no sentido de que continue a assistir-se a uma forte procura nos setores financeiro, do imobiliário e do turismo, mas também a um aumento das solicitações nos setores da energia, do ambiente, dos transportes ou das ciências da vida. Ao nível da prestação de serviços jurídicos às empresas, há quem admita que as áreas de prática de laboral, fiscal, proteção de dados, arbitragem e, sobretudo, das fusões e aquisições, vão destacar-se ao longo de 2020.

PRIORIDADES DO NOVO BASTONÁRIO

O arranque deste ano ficou associado a mais um ciclo na Ordem dos Advogados, com a tomada de posse dos novos órgãos dirigentes nacionais e regionais, destacando-se nome de Luís Menezes Leitão como novo bastonário. O também professor universitário promete uma grande mudança na instituição que regula a prática da advocacia e aponta três prioridades para o mandato: a revisão da tabela do apoio judiciário, a reforma da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (CPAS) e o plano nacional de combate à corrupção.

O sucessor de Guilherme Figueiredo aproveitou a cerimónia de abertura do ano judicial, onde discursou ainda antes de assumir o cargo, para fazer o alerta sobre a situação precária dos advogados que prestam apoio judiciário, lembrando que as suas remunerações não são atualizadas há 15 anos, com a agravante de a atualização anual prevista na lei não estar a ser cumprida.

Um dos temas incontornáveis deste ano é a iniciativa do Governo de criar um grupo de trabalho, liderado pela ministra da Justiça, Francisca

Van Dunem, para definir, no prazo de três meses, uma estratégia plurianual de combate à corrupção. Neste âmbito, Luís Menezes Leitão expressou publicamente o seu desacordo em relação à chamada colaboração premiada. “O que é a delação premiada senão uma forma de coação moral sobre os arguidos?”, questionou, em tom crítico.

Já a propósito da CPAS, lembrou, em entrevista ao Negócios, que uma das determinações do congresso dos advogados foi fazer uma auditoria financeira à Caixa. “É importante, até para tranquilizar as pessoas”, afirmou. Neste capítulo, evidenciou ainda que não concordou com a medida da direção anterior da CPAS, de subir o valor mínimo das contribuições em 9% num ano em que não houve inflação, e que, por isso, pretende ver com o atual líder da instituição, Carlos Pinto de Abreu, se será possível “corrigir as injustiças que existem”. ■

